

Agroenergia

Novo desafio para o Brasil

Eliseu Alves¹

No Brasil, a utilização do álcool data de 1931, quando se instituiu a mistura de 5% de etanol na gasolina, e sua efetiva incorporação à matriz energética iniciou-se em 1975, com a implantação do Proálcool. Na atualidade, o álcool é competitivo com os combustíveis fósseis, em razão do preço do petróleo e dos avanços tecnológicos e gerenciais.

Na liderança mundial do Brasil em agricultura, destaca-se a cadeia do etanol, reconhecida como competitiva e avançada, sob o comando de empresários inovadores e capazes de assumir riscos. Além disso, o País pode ampliar a produção de energia renovável e, simultaneamente, aumentar a produção de alimentos, pois dispõe de terras aptas, de tecnologia e de empresários competentes. Possui água e terra adequadas à irrigação e, em muitas regiões, duas ou mais safras podem ser feitas no mesmo ano.

É fácil selar um pacto entre a sociedade e o Estado e daí definir objetivos de médio e longo prazos que visem a ampliar a produção de energia renovável e sua exportação e a proteger o meio ambiente, que beneficia-se com a redução do efeito estufa. Assim, alarga-se o mercado de trabalho, fortalece-se a agricultura familiar, reduz-se a vulnerabilidade da matriz energética e ampliam-se as exportações vis-à-vis as importações.

Em consonância com as Diretrizes da Política de Agroenergia, período 2006–2011, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento elaborou, em 2005, o Plano Nacional de Agroenergia, o qual visa a desenvolver proposta de pesquisa, inovação e transferência de tecnologia para garantir a sustentabilidade e competitividade das cadeias de agroenergia. O plano estabelece arranjos institucionais de pesquisa, o consórcio de agroenergia e contempla a criação da unidade Embrapa Agroenergia, meta já cumprida. Propõe ações de governo nos mercados nacional e internacional de biocombustíveis.

Estabelece marco e rumo para as ações públicas e privadas de geração de conhecimento e de tecnologias que contribuam para a produção e uso racionais da energia renovável. Tem por meta tornar ainda mais competitivo o agronegócio brasileiro e dar suporte a determinadas políticas públicas, como inclusão social, regionalização do desenvolvimento e sustentabilidade ambiental.

O desafio de fazer crescer a participação das fontes renováveis na matriz energética é muito grande. Seria mesmo impossível de ser enfrentado se não fosse a determinação do governo no contexto de um comando unificado que envolve vários ministérios, agências e a iniciativa particular.

¹ Editor da Revista de Política Agrícola.